

► 'PONTE' COM O EXECUTIVO

Para os parlamentares de Jundiáí, não basta apenas propor leis; fiscalizar atos do prefeito ajuda a atender demanda dos cidadãos

Vereadores afirmam visitar obras e cobrar soluções em prol do povo

PAULO BEHR FERRO
pferro@jj.com.br

Propor leis, acompanhar as obras em andamento, ouvir o cidadão e cobrar soluções do Poder Executivo são as funções de um vereador. Esta última é uma das mais importantes e, em Jundiáí, alguns parlamentares buscam manter relação de proximidade com o gestor máximo da cidade - o prefeito Luiz Fernando Machado (PSDB) - independente da ideologia e da posição assumida na eleição de outubro de 2016.

Cícero da Saúde (PROS) diz que não abre mão de conferir de perto o trabalho do Executivo. “Busco manter contato direto com o prefeito e os gestores. Quando necessário, peço esclarecimentos por escrito”, destaca. O vereador tem a saúde como maior prioridade e ressalta a importância da melhoria da situação financeira do Hospital São Vicente de Paulo. “Ele é o nosso hospital. Se

atender melhor às pessoas, vai beneficiar o serviço nas UBSs e ambulatorios de Jundiáí, além das unidades dos municípios próximos. O São Vicente é o pulmão da nossa saúde e me empenho em vê-lo em condições plenas de funcionamento. Luto ainda por mais médicos nas Unidades Básicas de Saúde”.

Desde o começo de 2017, o vereador Paulo Sérgio Martins (PPS) mandou 82 ofícios e 150 indicações para a prefeitura, mas ele admite que prefere mesmo é ir ao Paço Municipal falar com Luiz Fernando Machado ou seus gestores, além de telefonar. “O contato direto com o Executivo é fundamental. Os gestores vêm desempenhando bom papel no atendimento às demandas e encurtam muitas vezes o caminho na busca para soluções dos problemas da comunidade. Entendo a dificuldade da atual gestão com o déficit orçamentário, mas faço de tudo para ajudar, sem deixar de exer-



SAÚDE Hospital São Vicente, em Jundiáí, tem sido acompanhado por vereadores como Cícero da Saúde, que reivindica melhorias

cer minha função de fiscalizador”, conta Martins.

Ex-secretário
Visitar obras paradas e questionar porque elas deixaram de ser tocadas é um

dos trabalhos preferidos do parlamentar Cristiano Lopes (PSD). “Jundiáí precisa de melhorias e elas devem ser comunicadas à administração. Fui secretário de Esportes e Lazer e o tempo

em que estive naquele cargo vem me ajudando agora a entender melhor as necessidades do povo e como fazê-las chegar ao Executivo. Estamos mais perto da comunidade em relação

aos gestores que trabalham no Paço Municipal”, revela Cristiano.

Líder do governo na Câmara Municipal, o vereador Faouaz Taha (PSDB) considera a fiscalização ao Poder Executivo uma importante ferramenta do parlamentar. “É nossa função averiguar o que a prefeitura está fazendo. Costumo trabalhar enviando requerimentos, como o que mandei em maio a respeito dos ostomizados, pacientes que precisam de bolsas de urina e de fezes. Estas pessoas estavam numa fila composta por 30 integrantes e precisavam urgente remarcar a retirada das bolsas”, conta Faouaz.

O parlamentar tucano também utiliza ofícios e mantém contato direto com o prefeito e seus gestores. “Qualquer que seja a forma de comunicação, o importante é que todos os vereadores atendam as demandas de seus eleitores e busquem rapidamente a resolução dos problemas dos municípios”, salienta.

► PSDB

Cúpula tucana opera para evitar decisão final de saída do governo

Pressionada a desembarcar do governo Michel Temer, a cúpula do PSDB opera para evitar uma decisão final sobre o assunto em reunião marcada para amanhã. Após conseguir adiar o encontro que ocorreria na quinta (8), integrantes da ala mais experiente da sigla costumam uma forma de agradar aos ‘cabeças pretas’, os deputados mais jovens e que defendem a saída imediata do governo - o PSDB tem quatro ministérios.

Inicialmente, a ideia era a de um desembarque à moda tucana: mantendo os ministros que se considerassem à vontade para ficar no cargo, dando apoio parlamentar à agenda do governo e, ao mesmo tempo, proclamando o rompimento.

Na última sexta-feira (9), com Temer já virtualmente livre do risco de cassação após as deliberações do dia anterior no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), formou-se o consenso de que é melhor não haver uma

decisão final na segunda.

Resta combinar com os ‘cabeças pretas’. O líder do partido na Câmara, Ricardo Trípoli (SP), faria a ponte entre os dois grupos. A articulação deverá durar todo o final de semana, e o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso voltou dos EUA para participar de conversas. O presidente interino do partido, senador Tasso Jereissati (CE), defende o rompimento, por entender que Temer sob cerco é ruim para a economia do País.

Ele foi lançado como presidente em uma eleição indireta caso Temer venha a cair, juntamente com FHC, mas o partido baixou a bola dessa articulação para não melindrar aliados como o PSD, o DEM e o próprio PMDB.

O partido continua a considerar que Temer terá sérias dificuldades para chegar ao fim do mandato, mas de todo modo a avaliação está um ou dois tons abaixo daquela feita há duas semanas. Como integrou o governo de saída, o PSDB quer evitar

a pecha de traidor, embora a ala jovem considere que ficar com o peemedebista seja fatal do ponto de vista eleitoral em 2018. A tendência majoritária pela saída está matizada pela necessidade de fazer o processo de forma controlada.

As próximas estações da via-crúcis de Temer, como a necessidade de derrubar na Câmara a inevitável denúncia que será feita contra o peemedebista pela Procuradoria Geral da República, além dos tais fatos novos de delações, será determinante para o ritmo do partido.

Os meses até a saída do cargo do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, em setembro, serão marcados por uma saraivada de más notícias contra o Planalto. No caso específico da votação para barrar ou autorizar que Temer vire réu, o Planalto tem os 172 votos necessários hoje, e conta com o corporativismo de um Congresso que se vê acuado pela mesma Procuradoria que enfrenta o presidente. (Folhapress)

► SEGUNDO MINISTRO DO STP

‘É impossível tratar de direito penal sem falar de combate à corrupção’

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, disse que é impossível tratar do direito penal no Brasil, atualmente, sem abordar o combate que o País tem procurado fazer à corrupção. Para o ministro, de maneira geral, há quase um abalo na autoestima da sociedade brasileira pela descoberta de que a corrupção não se restringia a alguns fatos isolados, a condutas pontuais e tentações da vida.

“Na verdade a gente tem vivido no Brasil, nos últimos anos, a revelação espantosa de um esquema de corrupção institucionalizado que alcançou agentes públicos, agentes privados, empresas públicas, empresas privadas, partidos políticos, membros do Congresso, em numa extensão e em uma profundidade que estarreceram a sociedade brasileira, mesmo os olhos mais habituados”, disse o ministro durante palestra no Fórum Permanente de Direito Penal e Processual Penal da Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (Emerj), no auditório do pleno do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, no centro do Rio.

Se utilizando de uma comparação com a cena do filme “Match Point”, do diretor e ator Woody Allen, em que em uma jogada de tênis a bola bate na faixa superior da rede e, por instantes, o espectador fica sem saber de que lado ela vai cair, o ministro disse que o Brasil vive neste momento a expectativa de que lado a bola vai cair. “Acho que se ela cair do lado errado, o País vai ficar muito parecido com o que sempre foi, trotando na história, liderado pelos piores, caracterizado pela impunidade, pela apropriação privada do espaço público, pelo desvio de

dinheiro e não vamos conseguir passar a mensagem certa para as novas gerações que é: vale a pena ser honesto. A corrupção recompensa os piores. Não recompensa os bons, recompensa os espertos”, disse, acrescentando que os brasileiros têm que fazer a bola cair para o lado certo, onde os bons valerão mais do que os espertos, senão, o Brasil vai continuar no mesmo patamar médio.

Sem distinção
Barroso disse que não se pode fazer distinção entre corruptos para defender quem está mais próximo. “Não há corrupção do bem. Não há corrupção dos meus e dos deles. Não tem corrupção do PT, do PSDB, do PMDB, do PP. Existe corrupção. Ninguém pode achar que a corrupção de uns é diferente da corrupção dos outros”, disse.

Segundo o ministro, as escolhas políticas têm que ser feitas depois que se estabelece que as pessoas são honestas. “Não existe corrupção de esquerda, nem corrupção de direita. Existem corruptos e corruptos desviam o dinheiro que não está indo para fazer o bem das pessoas”, disse. Para Barroso, a população tem a chance, neste momento, de fazer um novo país, “uma nova ética pública”.

De acordo com Barroso, o que aconteceu no Brasil foi assustador, porque onde “se destampa” tem uma coisa errada, e citou denúncias contra a Petrobras, a Eletrobras, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Caixa Econômica Federal e fundos de pensão. “É impossível não sentir vergonha do que aconteceu no Brasil. Penso que a constatação desse fenômeno

sistêmico, neste grau de intensidade, fez com que a sociedade brasileira passasse a ter meios de enfrentar efetivamente esse problema com mudanças de atitude, com mudanças na legislação e com mudanças na jurisprudência”, disse.

Conforme o ministro, não é pequena a gravidade do que ocorreu no Brasil e chegou a hora de uma certa mobilização cívica para acabar com a cultura de gente que se acostumou a viver com dinheiro público, com dinheiro desviado dos outros e do povo brasileiro, que são recursos que não foram para a saúde, para a educação, para consertar estradas e que não salvaram vidas.

O ministro defendeu ainda que a punição dada a empresários que pagam propinas para vencer licitações, a banqueiros que querem receber informações privilegiadas ou dirigentes de fundos de pensão que desviam recursos dos associados não representam um estado policial, mas sim um estado de Justiça.

“Precisamos nos livrar um pouco deste estigma da ditadura de achar que qualquer punição é injusta. Existem punições que são justas, existem punições necessárias, que protegem direitos humanos, protegem dinheiro público e dinheiro público que salva vida das pessoas”.

Causas
Barroso apontou duas causas para a corrupção no Brasil: a impunidade e um sistema político que a alimenta. Nesse ponto, ele defendeu a necessidade de uma reforma política, que barateie o custo das eleições, aumente a legitimidade democrática. (Agência Brasil)

► AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA

Temer nega ter acionado Abin contra relator

Uma reportagem da revista Veja afirma que o presidente Michel Temer mandou a Abin (Agência Brasileira de Inteligência) investigar o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Edson Fachin e provocou reações do peemedebista e da presidente da corte, Cármen Lúcia.

Segundo a Veja, a Abin foi usada para tentar encontrar elos entre o ministro, que é relator da Lava Jato e responsável pelo inquérito que investiga Temer, e o empresário Joesley Ba-

tista, da JBS. Temer negou, no início da madrugada de ontem, que tenha mandado a Abin investigar Fachin.

“Eu quero desmentir aquela coisa bárbara, aquilo jamais foi pensado por mim, vamos manter a serenidade absoluta e a tranquilidade, vamos continuar pacificando o País”, disse, ao deixar o jantar de aniversário do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ).

“O governo não usa a máquina pública contra os cidadãos brasileiros, muito menos

fará qualquer tipo de ação que não respeite aos estritos ditames da lei”, reforçou o Planalto, em nota.

Também em nota, Cármen Lúcia afirmou ontem que a investigação da Abin, se confirmada, é um “gravíssimo crime contra o STF”.

Segundo a Veja, a investigação da Abin teria encontrado indícios de que o ministro voou no jatinho da JBS dias antes da sua sabatina no Senado, em 2015. O ministro não se manifestou. (Folhapress)